

13. CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE – ANÁLISE DE PROPOSTAS:

Submete-se à consideração do Executivo proposta de adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, do empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente no montante de 5.000.000,00 euros (cinco milhões de euros), conforme ata do júri e proposta, que faz parte da minuta.





- 1.1. Banco Popular Portugal , SA
- 1.2. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
- 1.3. BPI, SA
- 1.4. Banco Santander Totta, SA
- 1.5. Banco Internacional de Crédito
- 1.6. Novo Banco, SA
- 1.7. Montepio Geral
- 1.8. Caixa Geral de Depósitos

Todas as Instituições convidadas apresentaram proposta, facto assinalável pela confiança demonstrada na Autarquia.

Relativamente às mesmas, faremos seguidamente uma análise às condições apresentadas por cada uma versus condições fixadas pela Autarquia.

Assim, antes de mais, convém relembrar as condições cuja observância impusemos às Instituições convidadas :

- **Natureza** : curto prazo
- **Utilização** : em regime de conta corrente, com desembolsos livres de quaisquer encargos
- **Amortização** até 31 de dezembro de 2017
- **Taxa de juro** : o empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias)
- **Juros** : calculados dia a dia sobre o capital utilizado e pago mensalmente e postecipadamente
- **Critério de adjudicação** : o spread mais baixo
- **Comissões** : não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão.

No quadro designado por “Quadro I – Análise das Condições Propostas” encontram-se as condições apresentadas pelas Instituições de Crédito ao nosso convite. Assim, da sua análise podemos desde logo concluir o seguinte :

- a. Nem todas as Instituições cumpriram com a exigência fixada pela Câmara Municipal de Braga relativamente à taxa de juro. De facto, tanto o BPI, como a CGD, o Santander Totta e o Novo

Banco impuseram um valor zero para o indexante sempre que este assuma um valor negativo.

- b. Relativamente aos restantes parâmetros fixados no convite endereçado verifica-se que todas as Instituições cumprem com as nossas exigências.

No que concerne à questão referenciada na alínea a. anterior cumpre chamar à colação a jurisprudência fixada pelo Tribunal de Contas no seu Acórdão nº8/2016 – 1ª S/SS, proferido em 21 de junho de 2016 e disponível em <http://www.tcontas.pt/actos/acordaos/2016/1sss/ac008-2016-1sss.pdf>.

Em síntese, o acórdão anteriormente referenciado recusa o visto a um contrato de empréstimo de um determinado Município justamente com fundamento de que este tipo de condicionante, como aquela que nos foi imposta pelas Instituições citadas no ponto a. supra, constitui um **travão** ao indexante, que não permite em nenhuma circunstância uma taxa de juro nominal inferior a esse valor, ainda que a taxa Euribor a 6 meses assuma um valor negativo.

Na prática, o que pode acontecer é que a colocação de um **travão** aos indexantes pode inverter os resultados da aplicação dos spreads. Aliás, o nosso convite relativamente à taxa de juro é bem claro : o empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias). Isso mesmo pode verificar-se pela análise comparativa das colunas "Spread" e "Spread + Euribor" do Quadro I – Análise das Condições Propostas anexo a esta informação.

Em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas, expressa no Acórdão supra referenciado, deverão as propostas apresentadas pelo BPI, da CGD, do Santander Totta e do Novo Banco ser não admitidas.

Pelo que, considerando o atrás exposto e o critério de adjudicação, deverá o financiamento ser adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo nos termos da proposta apresentada, indexada à Euribor a 6 meses e envolvendo um spread de 0,65 p.p.

À consideração superior.

Braga, 22 de fevereiro de 2017

O Diretor do DPCG,



(Carlos Meireles)

O Chefe da DCPG,



(Sandro Louro)

A Tesoureira,



(Rosa Veloso)

Quadro I - Análise das Condições Propostas

Nº Proposta	Nome do Proponente	Taxa de Referência			Comissões e Taxas		Juros		Spread	Spread + Euribor	Ponderação Final
		Proposta	Cumpr	Obs.	Proposta	Cumpr	Proposta	Cumpr			
1	Banco Popular	Euribor 6m	Sim		S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,70	0,46	2º
2	Caixa de Crédito Agrícola	Euribor 6m	Sim		S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,65	0,41	1º
3	BPI	Euribor 6m	Não cumpre	Fixa taxa mínima de 0%	S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,55	0,55	Não admitida
4	Millennium BCP	Euribor 6m	Sim		S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,75	0,51	3º
5	Banco BIC	Euribor 6m	Sim		S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	1,50	1,26	4º
6	Montepio Geral	Euribor 6m	Sim		S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	1,75	1,51	5º
7	CGD	Euribor 6m	Não cumpre	Fixa taxa mínima de 0%	S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,75	0,75	Não admitida
8	Santander Totta	Euribor 6m	Não cumpre	Fixa taxa mínima de 0%	S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	0,48	0,48	Não admitida
9	Novo Banco	Euribor 6m	Não cumpre	Fixa taxa mínima de 0%	S/ encargos e comissões	Sim	Mensal	Sim	1,50	1,50	Não admitida

EURIBOR 6m - Média mensal

Jan. 2017 = -0,236